

UMA DÉCADA DE CONTAS SATÉLITE DA ECONOMIA SOCIAL EM PORTUGAL

Em 2023 a mais recente Conta Satélite da Economia Social Portuguesa (CSES), com dados de 2019 e 2020, surge como a quarta edição deste instrumento estatístico que em simultâneo celebra dez anos de existência. Tal concede a oportunidade, única em contexto europeu, de examinar a evolução temporal do setor português da Economia Social. Utilizando os dados das diferentes edições da CSES, este estudo, procura assim

expor a evolução temporal da atividade económica do setor da Economia Social em Portugal e do seu posicionamento na Economia Nacional, bem como caracterizar a evolução do seu universo e distribuição geográfica. Estes dados permitem, entre outros aspetos, evidenciar um setor resiliente, dinâmico e que demonstra um forte contributo económico, gerador de riqueza e emprego.



Eduardo Pedroso

1. INTRODUÇÃO

Embora os valores e princípios do setor da Economia Social, bem como os impactos da sua atividade (económicos, sociais e ambientais) sejam facilmente captados pela observação da atuação das entidades que o compõem, é apenas através de dados estatísticos fidedignos que permitam explicar e demonstrar a importância deste setor, que se torna possível alcançar um entendimento verdadeiramente objetivo do mesmo. É também através da produção e disponibilização de informação sobre o setor que é possível desenhar estratégias eficazes que promovam o crescimento sustentável das suas atividades e impactos.

Portugal conta com um dos instrumentos mais completos e inovadores no âmbito estatístico para a compreensão do setor da Economia Social – a Conta Satélite da Economia Social (CSES). Esta ferramenta, internacionalmente considerada como uma referência, teve a sua primeira edição divulgada no final de 2012, e desde 2013 passou a estar inscrita na Lei de Bases da Economia Social de Portugal, segundo a qual deve «ser assegurada a criação e a manutenção de uma conta satélite para a economia social, desenvolvida no âmbito do sistema estatístico nacional» (número 2 do Artigo 6.º).

A CSES é um valioso instrumento de (re)conhecimento da dimensão económica e das características principais das várias famílias da Economia Social, observando-se que a grande vantagem de uma Conta Satélite, enquanto resposta a necessidades específicas de informação em torno do sistema estatístico central, prende-se com o facto de seguir uma abordagem contabilística sistemática, coerente com os conceitos e metodologias fundamentais das Contas Nacionais Portuguesas. A ligação às estatísticas das Contas Nacionais significa igualmente que os resultados da CSES são comparáveis ao longo do tempo, estão em conformidade com as normas internacionais correntes e permitem situar os valores da Economia Social no contexto da Economia Nacional e das suas principais componentes.

Até a data foram elaboradas quatro edições da CSES¹, que refletem informação para cinco anos, começando em 2010 e terminando em 2020. Tal concede a oportunidade, única em contexto europeu, de examinar a evolução temporal das principais estatísticas sobre o setor português da Economia Social. Assim, o objetivo desta análise é o de apresentar o retrato de uma década de estatísticas, uma década de Economia Social.

A CSES é um valioso instrumento de (re) conhecimento da dimensão económica e das características principais da Economia Social

Para cumprir este objetivo, foram utilizadas as estatísticas oficiais, publicadas em cada edição da CSES, que embora seja um instrumento estatístico criado para a compreensão do setor da Economia Social fornece também importantes dados económicos para todas as suas famílias e atividades, permitindo uma análise da evolução total e parcelar do setor, considerando o seu número, distribuição, contributo económico e criação de emprego.

1 Edição 2012/2013 com dados de 2010, edição 2016 com dados de 2013, edição 2019 com dados 2016 e a mais recente de 2023 com dados de 2019 e 2020. Disponíveis em: <https://www.cases.pt/contasatelitedaes/>

2. CONTA SATÉLITE DA ECONOMIA SOCIAL EM PORTUGAL: DEZ ANOS DE EVOLUÇÃO

2.1. UNIVERSO DA ECONOMIA SOCIAL

Os últimos dados do universo do setor da Economia Social (ES) português, apurados no âmbito da mais recente Conta Satélite da Economia Social (CSES), contabilizam em 2020 mais de 73 800 entidades com atividade naquele ano². O total de Entidades da Economia Social (EES) estimado em 2020 manteve-se praticamente inalterado face a 2019 (+0,4%), mas o número de organizações neste setor tem registado aumentos em todas as edições da CSES, observando-se que desde 2010 o número de entidades que integram o setor da ES cresceu cerca de 33% – **Figura 1**.

Confrontando a evolução acima com a evolução do número total de empresas³ em Portugal, salienta-se que apenas entre 2016 e 2019 o número de EES cresceu numa taxa inferior à observada nas empresas. Na série temporal contemplada, este período coincide com aquele onde se regista maior estabilidade económica, o que aponta para uma característica deste setor – a procura por estas entidades, e o seu crescimento, tende a ser superior em momentos económico-sociais adversos – **Figura 2**.

- 2 O universo da CSES lista apenas as entidades ativas no sentido de calcular o contributo económico do setor num dado ano. Não são contabilizadas entidades suspensas ou sem sinal claro de atividade.
- 3 O universo empresarial inclui organizações de economia social, em particular cooperativas, bem como as empresas públicas com atividades mercantis. Os valores apresentados incluem as secções A a S da CAE Rev.3, com exceção da secção O. São incluídas as sociedades, os empresários em nome individual e os trabalhadores independentes. *Vide* dados INE do Sistema de Contas Integradas das Empresas relativos ao total de Empresas, disponível em (acedido em 15/11/2023): https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=15413305&PUBLICACOESmodo=2

Este fenómeno fica sobretudo evidente nos períodos entre 2010 e 2013, marcado por uma profunda crise económica e financeira que fez reduzir o tecido empresarial português; mas também entre 2019 e 2020, marcado pela crise pandémica relacionada com a COVID-19, com os consequentes choques económicos negativos. Nestes períodos, enquanto o setor empresarial registava decréscimo, o setor da ES aumentou em número de entidades. Esta evolução das EES, por vezes mais dinâmica ou mesmo contra cíclica, ajuda a explicar porque num período de dez anos, a ES registou, em número de entidades, um crescimento mais de duas vezes superior ao identificado no tecido empresarial português.

A evolução global do setor da ES pode ser explicada igualmente pela **evolução das diferentes famílias** que o compõem – **Figura 3**. Nesse sentido, observa-se que:

- Cooperativas:** iniciando o período em análise em queda; entre 2013 e 2016 regista-se uma taxa de crescimento superior ao decréscimo previamente sentido. Em 2019 esta família voltou, todavia, a decrescer, o que se repetiu em 2020, levando a que, em dez anos, este sector apresente um decréscimo de 4,7%;
- Associações Mutualistas:** este é o único grupo da ES que não regista nenhum crescimento no período em análise, observando-se o menor decréscimo entre 2013 e 2016. Em 2019 e 2020, o número de Mutualidades fixou-se no mesmo valor, estimando-se em dez anos um decréscimo de quase 24%;
- Misericórdias:** apesar de algumas flutuações no período em análise, destacando-se o decréscimo entre 2016 e 2019, esta é a família da ES com a menor variação numa década, tendo decrescido apenas 1,3%;

Figura 1
Evolução do Universo da Economia Social (2010-2020) e Taxas de variação face ao período anterior

Fonte: edições da CSES, elaborado pelo autor

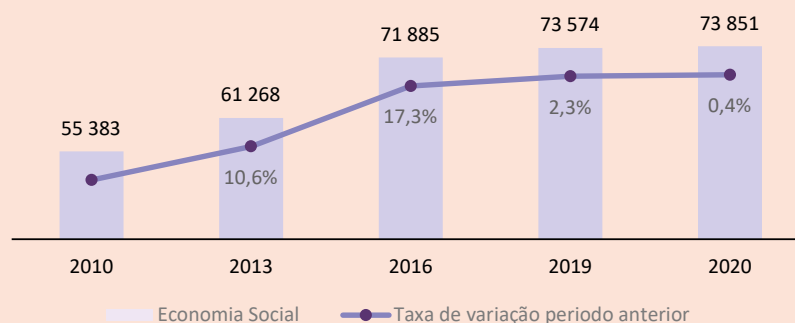
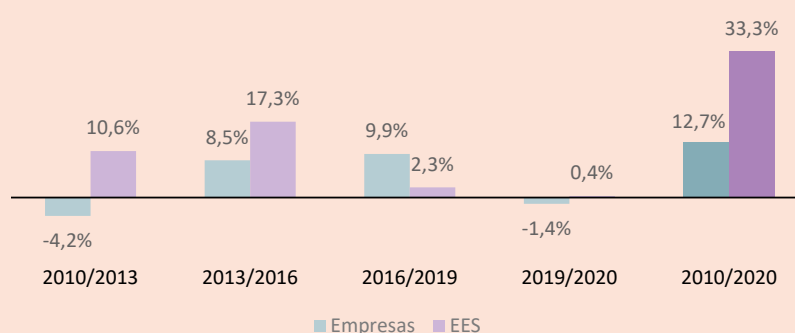


Figura 2
Taxas de variação do número de Empresas e Entidades da Economia Social (EES), entre 2010 e 2020

Fonte: INE – Sistema de Contas Integradas das Empresas e edições da CSES, elaborado pelo autor



Fundações: este grupo apresenta um crescimento entre 2010 e 2016 tendo apenas decrescido ligeiramente (uma unidade) em 2019. Em 2020 mantém-se o número de Fundações observado no ano anterior. Assim, esta família regista entre 2010 e 2020 um crescimento de 15,1%;

Associações com Fins Altruísticos (ACFA): as ACFA aumentaram em número em todos os anos considerados, particularmente entre 2013 e 2016, verificando-se assim numa década um aumento neste grupo bastante expressivo – perto de 33%;

Subsectores Comunitário e Autogestionário (SCA): esta família foi estudada isoladamente apenas a partir da segunda edição da CSES, ocorrendo uma melhoria metodológica significativa no seu apuramento em 2016. Assim, apesar da evolução positiva bastante expressiva entre 2013 e 2020, os dados mais recentes (entre 2016 e 2020) mostram uma tendência decrescente.

De uma maneira geral e em particular no fim da série temporal em análise, a maioria das famílias da ES apresentam uma tendência decrescente ou de estabilidade no seu número. Destaca-se o aumento no número de ACFA, surgindo como a principal explicação para o crescimento mais recente do setor da ES como um todo.

De salientar também que, em todas as edições da CSES, as ACFA representam mais de 90% do setor, observando-se que se manteve inalterada a importância relativa, em número, das restantes famílias da ES, designadamente, e por ordem decrescente, Cooperativas, SCA⁴, Fundações, Misericórdias e Associações Mutualistas.

Dada a sua relevância no setor da ES, importa igualmente considerar a evolução das entidades com estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) ou equiparadas que engloba entidades de todos os grupos acima referidos. Este grupo, apesar de ligeiros decréscimos em 2019 e 2020, apresenta

⁴ Em 2010 não foi feita uma estimativa isolada para este grupo, o qual estaria nesse ano, mesmo que apenas parcialmente, incluído nas ACFA. No entanto, é seguro assumir que teriam nesse ano um peso relativo semelhante no total de EES.

uma tendência de crescimento, tendo aumentado 9% em 10 anos – **Figura 4**.

A evolução no número de entidades do setor pode igualmente ser analisada considerando **as atividades em que cada organização é classificada**. Pese embora todas as organizações da ES tenham associadas nomenclaturas comuns ao resto dos agentes económicos e para efeitos de Contabilidade Nacional, sendo exemplo disso a Classificação Portuguesa das Atividades Económicas (CAE Rev.3), no contexto da CSES têm sido utilizadas classificações próprias que procuram traduzir com maior clareza as atividades principais das EES.

Assim, a primeira e segunda CSES utilizaram uma classificação concebida pelo Instituto Nacional de Estatística (INE, I.P) e pela CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, denominada “Classificação de Atividades das Entidades da Economia Social (CAEES)”, que resultava de uma adaptação da “*International Classification of Nonprofit Organizations (ICNPO)*”⁵. A partir da terceira conta passou a ser utilizada a “Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor (CIOSFL/TS)”, estabelecida pelo manual “*Satellite Account on Nonprofit and Related Institutions and Volunteer Work*”⁶, das Nações Unidas que, na essência, resulta de uma revisão expansiva da nomenclatura estabelecida no manual anterior.

Neste sentido, a significativa alteração de nomenclatura impede uma análise temporal por atividade, pelo menos direta, entre os valores apresentados nas primeiras edições da CSES e os apresentados nas mais recentes. Esta análise deve então ser feita parceladamente.

Em 2010 e 2013 o conjunto de atividades com maior número de EES correspondia à Cultura, desporto e recreio, e o menor número às Atividades

financeiras. Nestes anos, assinala-se uma inversão da importância relativa entre as atividades de Ação e segurança social e Cultos e congregações, ou seja, a Ação e segurança social passou a ser, em 2013, o segundo maior conjunto de EES por atividade (passando os Cultos e congregações para terceiro lugar).

Nas duas edições seguintes, embora agora ao abrigo de uma classificação distinta, as atividades relacionadas com Cultura, comunicação e atividades de recreio continuam predominantes, representando em média 45,5% das EES. De seguida surgem as atividades relacionadas com Religião (média de 11,7%), Serviços sociais (9,2%) e Atividades de intervenção cívica, jurídica, política e internacional (5,6%). Por seu turno as atividades Imobiliárias, de Transporte e armazenagem e de Alojamento, restauração e similares são, nos três anos em análise, as que reúnem menor número de organizações (em conjunto uma média de 0,3%).

Uma vez que não é coerente fazer uma análise temporal considerando uma década, centrando no período entre 2016 e 2020, concluímos que as atividades que tiveram o maior crescimento foram a Educação, Desenvolvimento comunitário e económico e habitação e as Atividades imobiliárias; as que registam maior decréscimo foram as atividades de Comércio, Indústria e Atividades de intervenção cívica, jurídica, política e internacional.

Por último, importa notar que cada novo exercício da CSES introduz alterações metodológicas e novas fontes de informação o que tem permitido melhorar o apuramento dos universos considerados. A diferença mais marcante surge, por exemplo, entre a primeira e a segunda CSES com a introdução em 2013 da Lei de Bases da Economia Social⁷, o que veio definir com maior detalhe as entidades pertencentes a este setor e os princípios orientadores que devem seguir, bem como, por esse motivo, ajudar na construção de um universo da CSES mais completo.

5 Estabelecida pelo manual das Nações Unidas – “*Handbook on Non-Profit Institutions in the System of National Accounts*”. Disponível em (acedido a 15/11/2023): https://unstats.un.org/unsd/publication/seriesf/seriesf_91e.pdf

6 Disponível em (acedido a 15/11/2023): https://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/docs/UN_TSE_HB_FNL_web.pdf

7 Vide Lei de Bases da Economia Social, disponível em: <https://files.diariodarepublica.pt/1s/2013/05/08800/0272702728.pdf>

*Nota: em 2010 não foi feita uma estimativa isolada para o grupo do SCA, pelo que estas entidades estão incluídas nas ACFA nesse ano.
ACFA – Associações com Fins Altruísticos / SCA – Subsectores Comunitário e Autogestionário

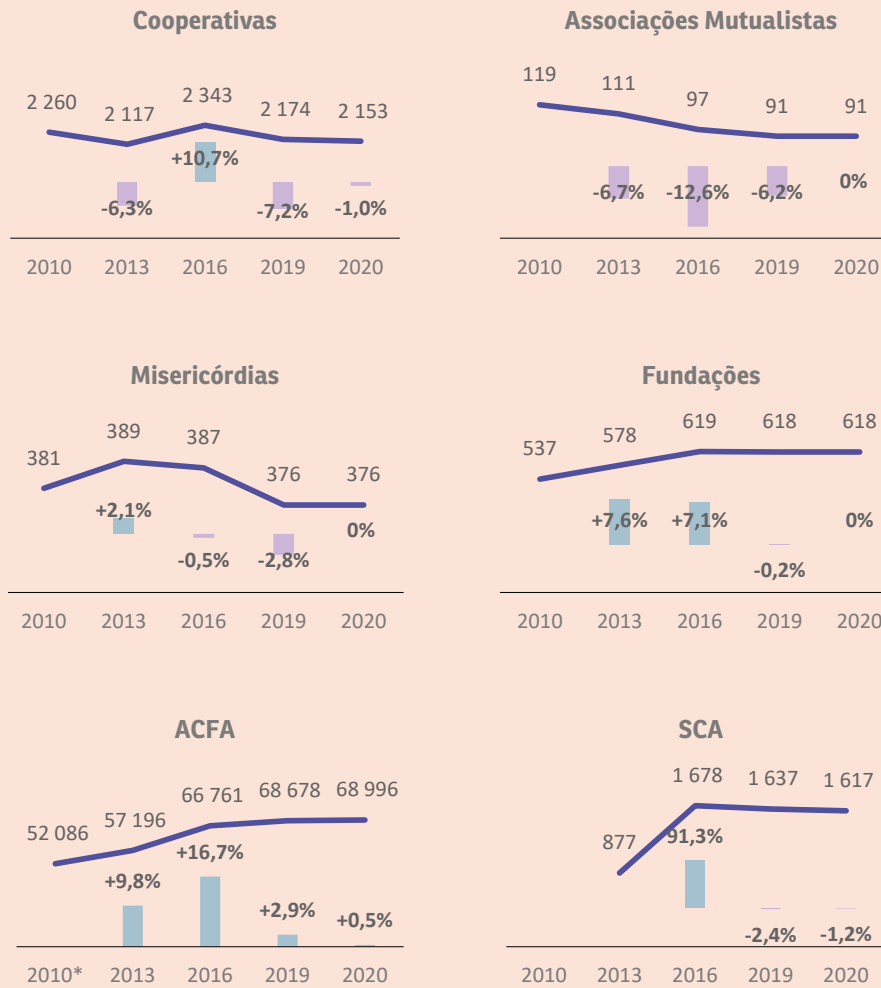


Figura 3
Evolução dos diferentes grupos da Economia Social (2010-2020)
e Taxas de variação face ao período anterior
Fonte: Edições da CSES, elaborado pelo autor

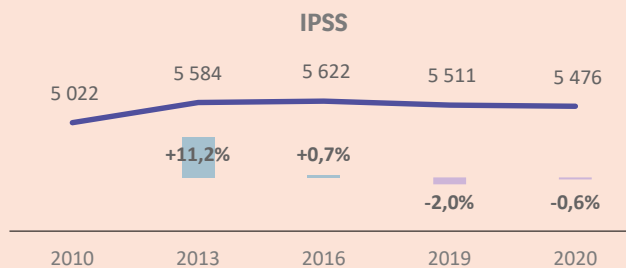


Figura 4
Evolução das IPSS (2010-2020)
e Taxas de variação face ao período anterior
Fonte: Edições da CSES, elaborado pelo autor

Neste sentido, parte do crescimento observado pode ser explicado pelo amadurecimento metodológico da CSES, não devendo ser atribuído na integridade a um fenómeno de crescimento natural. Não obstante, esta questão coloca-se sobretudo nas primeiras edições da CSES, verificando-se que nas duas últimas, ter-se-á atingido um número de entidades que tende para a estabilidade.

Importa salientar ainda que as EES apresentam tendencialmente uma grande longevidade, constatando-se que em 2020 apenas cerca de 29% tinha menos de 10 anos de existência. Tal significa que, uma vez criadas, mantêm-se em atividade por vários anos, o que contribui para reduzir a volatilidade demográfica do setor.

2.2. DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

As estatísticas oficiais permitem concluir que existem EES em todo o território nacional. Quer em 2019, quer em 2020, todos os municípios do país registavam a presença de entidades da ES, observando-se ainda uma tendência de litoralização com concentrações mais significativas em municípios como o de Lisboa, Porto, Coimbra e Braga. Existe igualmente uma polarização do setor da ES nos municípios da região norte e em alguns municípios do interior do país. Verifica-se assim que as organizações da ES tendem a fixar-se nos locais que, entre outros aspetos, apresentam igualmente maiores concentrações populacionais.

Quanto à evolução temporal da distribuição das EES por municípios, importa referir que a CSES começou por divulgar dados geográficos apenas na sua segunda edição, sendo que somente nas mais recentes foram apresentados dados por município. A proximidade temporal dos dados não permite detetar variações significativas na distribuição relativa das EES por municípios, possibilitando, porém, salientar o seguinte no que toca à sua evolução considerando o seu agrupamento por distritos:

Entre 2019 e 2020: registaram-se aumentos no número de EES em 143 municípios (46,4% do total), com destaque para os pertencentes à Região Autónoma da Madeira (R.A.M.) e ao distrito de Faro. O distrito de Évora e a Região Autónoma dos Açores (R.A.A.) apresentam as maiores reduções;

Entre 2016 e 2020: o número de EES aumentou em 190 municípios (61,7% do total), com destaque para os pertencentes aos distritos do Porto e Faro. Foram os distritos de Évora e Guarda que apresentaram o maior decréscimo.

Considerando a limitação dos dados acima referidos, para uma comparação temporal da distribuição geográfica mais alargada é necessário recorrer à ótica territorial presente no maior número de edições – NUTS II.

Assim, por NUTS II, apesar das variações no número de entidades e ligeiras alterações de importância relativa em algumas regiões, a distribuição regional das EES mantém-se muito semelhante em todos os anos analisados. Por exemplo, o Norte tende a concentrar um terço das unidades da CSES, seguido pelo Centro, com um quarto, e pela Área Metropolitana de Lisboa (A.M.L) com aproximadamente 23% – **Figura 5.**

Entre 2019 e 2020, apenas duas regiões registaram decréscimo no número de EES, nomeadamente a R.A.A. (-0,7%) e o Alentejo (-0,3%), verificando-se que as regiões com maior crescimento foram a R.A.M. e o Algarve (+2,8% e +1,6%, respetivamente). Num período mais alargado, isto é, entre 2013 e 2020, todas as regiões cresceram em número de EES, destacando-se o Norte (+24,3%), Algarve (+24,2%) e A.M.L (+21,5%) – **Figura 6.** Estas variações reforçam as conclusões retiradas acima no que toca à evolução por município/distrito.

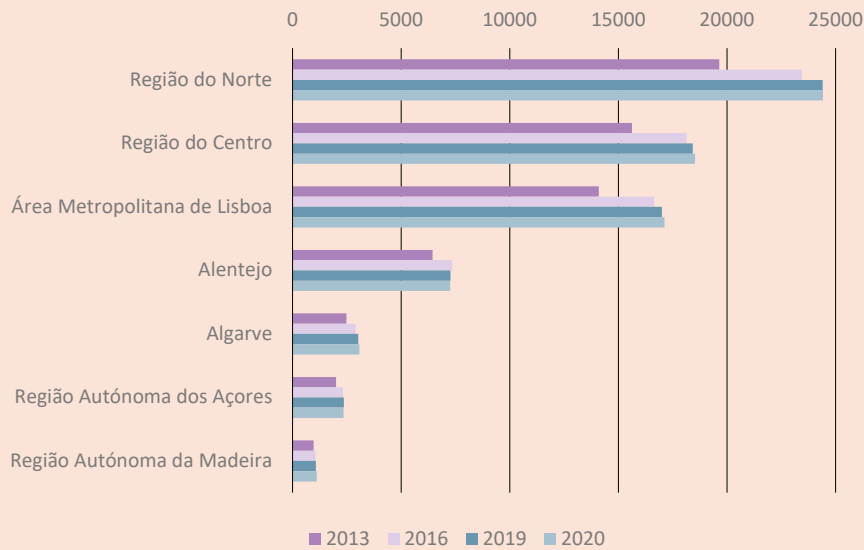


Figura 5
Distribuição regional das EES (NUT II), 2013-2020

Fonte: Edições da CSES, elaborado pelo autor

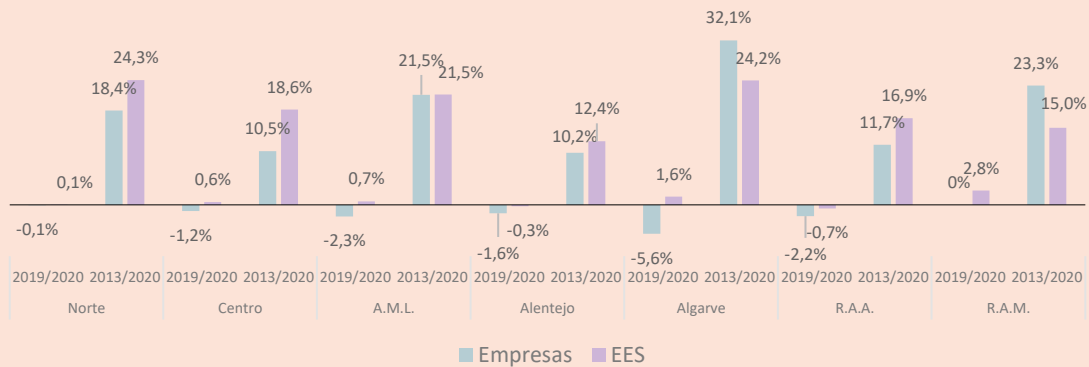


Figura 6
Taxas de variação do número de Empresas e Entidades da Economia Social (EES), entre 2013 e 2020, por NUT II

Fonte: INE – Sistema de Contas Integradas das Empresas e edições da CSES, elaborado pelo autor

Entre 2019 e 2020 constata-se um decréscimo no número de Empresas portuguesas⁸ em quase todas as regiões, com exceção da R.A.M., o que contrasta com a evolução positiva identificada no setor da ES nesse mesmo período. Mesmo as duas regiões com decréscimo no número de EES (R.A.A e Alentejo) apresentam uma redução inferior à identificada no setor empresarial. Num período mais alargado (2013 a 2020), quer as Empresas, quer EES, cresceram em todas os territórios considerados, observando-se que as EES cresceram relativamente mais no Centro, Norte, R.A.A. e Alentejo.

Embora os dados da CSES permitam conhecer a realidade geográfica do setor como um todo desde a edição de 2016 (dados 2013), apenas na edição de 2023 foi apresentada informação particularizada por família da ES. Assim, quanto à evolução temporal da distribuição geográfica das diferentes famílias, dada a insuficiência de dados, apenas é possível concluir sobre o desenvolvimento entre 2019 e 2020. Com a diferença de um único ano, naturalmente, não se detetam variações assinaláveis na distribuição das organizações, podendo ser salientado que, quer em 2019, quer em 2020, quase todas as famílias da ES concentram-se na região Norte, com exceção das Misericórdias (região Centro) e das Fundações (A.M.L.).

Quanto à evolução das diferentes famílias entre 2019 e 2020, destaca-se que as Cooperativas apenas cresceram na A.M.L. (+0,2%), decrescendo nas restantes; as Associações Mutualistas não registaram qualquer variação geográfica; as Misericórdias cresceram na R.A.A. (+4,2%) e decresceram no Centro (-0,8%); as Fundações aumentaram no Centro (+0,7%) e A.M.L. (+0,4%) e reduziram no Alentejo (-4,0%); as ACFA apenas reduziram em número na R.A.A. (-0,7%) e no Alentejo (-0,1%), conhecendo aumentos nas restantes regiões, com

destaque para a R.A.M. (+3,1%); e os SCA registaram alterações negativas apenas na região Centro e Norte (-1,7% e -1,0%, respetivamente), não variando nas restantes.

Conclui-se que, de uma maneira geral, as EES tendem a concentrar-se nas regiões mais populosas, observando-se que em sete anos o número de organizações terá aumentado em todos os territórios, destacando-se em particular o seu crescimento no Norte e Sul do país. É também notório o facto de o número de entidades neste setor ter aumentado em 2020 face a 2019, primeiro ano impactado pelos efeitos adversos da pandemia COVID-19, não se observando o mesmo comportamento nas Empresas nacionais.

—
**O número
de organizações
terá aumentado
em todos os territórios,
destacando-se
em particular
o seu crescimento
no Norte
e Sul do país**
—

Importa salientar que, segundo dados das duas últimas edições da CSES, considerando o número de entidades da ES por mil habitantes, são as regiões como o Alentejo e a R.A.A. (NUTS II), ou distritos do interior como Bragança e Guarda, que registam as médias mais elevadas. Acresce que, em 2019 e 2020 cerca de 31% das EES estavam sediadas em territórios do interior, ao passo que nos mesmos anos ape-

8 *Vide dados INE do Sistema de Contas Integradas das Empresas relativos ao total de Empresas por localização geográfica, disponível em (acedido a 15/11/2023): https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=15413305&PUBLICACOESmodo=2*

nas cerca de 19% das Empresas⁹ estavam sediadas nesses locais. Estes indicadores atestam a maior proximidade do setor às comunidades onde os desafios económicos e sociais são maiores e o seu importante papel enquanto motor do desenvolvimento local.

2.3. CONTRIBUTIVO ECONÓMICO

O contributo económico do setor da ES surge integrado numa sequência de contas apuradas pelas diferentes edições da CSES, podendo ser analisado com recurso a diferentes indicadores macroeconómicos. Nesse sentido, de seguida é feita uma análise da evolução temporal de algumas dessas variáveis económicas, em particular as incluídas na Conta de Produção e na Conta de Exploração, concluindo-se com a observação da evolução do peso desses indicadores na Economia Nacional (EN).

Como em todas as análises ao longo deste documento, importa notar que cada novo exercício da CSES (2010, 2013, 2016, 2019-2020)¹⁰, introduz alterações metodológicas, e, no âmbito dos indicadores económicos, acrescem as mudanças de base das Contas Nacionais, pelo que as evoluções temporais incorporaram, e são em parte explicadas por estas alterações.

Para melhor entendimento da análise que se segue, e em particular considerando que as mudanças metodológicas limitam a capacidade de comparação temporal em algumas dimensões, importa salientar os seguintes aspetos:

⁹ Valor considera unicamente Empresas não financeiras de acordo com os dados do INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas relativos ao total de Empresas não financeiras por localização geográfica, disponível em (acedido a 15/11/2023): https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_unid_territorial&menuBOUI=13707095&contexto=ut&selTab=tab3

¹⁰ As edições de 2013 e 2016 são consistentes com a base 2011 das Contas Nacionais e a edição de 2019/2020 com a base 2016 das Contas Nacionais. Todas elas têm como referência o quadro conceptual do SEC 2010. A edição de 2010 é consistente com a base 2006 das contas nacionais e usa como referência o SEC 95.

A maioria das famílias da ES apresentam uma tendência decrescente ou de estabilidade

Por grupo da ES: dada a ausência de dados económicos particularizados para o grupo dos Subsectores Comunitário e Autogestionário (SCA) em algumas edições da CSES, cujos dados surgem agrupados com a família das Associações com fins Altruísticos (ACFA), optou-se por utilizar a mesma regra de junção para os dados de cada ano;

Por atividade económica: dada a alteração de classificação de atividades entre a segunda e terceira edições da CSES, não é possível analisar uma década de desenvolvimentos. Por essa razão, a análise temporal centra-se no período entre 2016 e 2020;

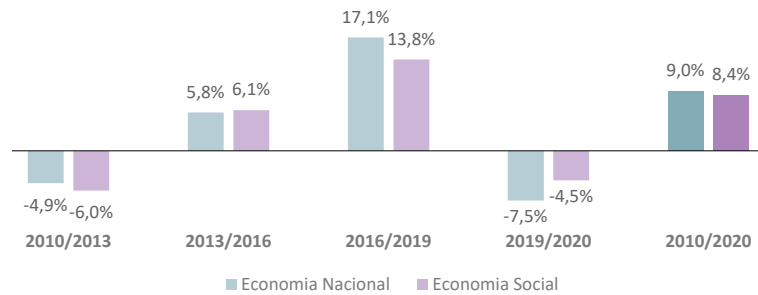
Base das Contas Nacionais: por questões de coerência, as comparações entre indicadores económicos da ES e indicadores económicos da EN utilizam a mesma base das Contas Nacionais, a qual corresponde à base que se encontrava em vigor no momento de publicação da CSES¹¹ correspondente;

Análise nominal: todas as variáveis económicas estão em preços correntes, isto é, valorizados aos preços verificados no ano em causa, o que significa que não foi retirado o efeito da inflação.

¹¹ Isto é, os dados de 2010 reportam à base 2006 das Contas Nacionais; os dados de 2013 e 2016 à base 2011; e os de 2019 e 2020, à base de 2016.

Figura 7
Taxas de variação da Produção
na Economia Nacional e Economia Social,
em preços correntes (entre 2010 e 2020)

Fonte: INE – Contas Nacionais,
e edições da CSES, elaborado pelo autor



2.3.1. CONTA DE PRODUÇÃO

2.3.1.1. PRODUÇÃO

A Produção corresponde ao valor de todos os bens e serviços produzidos por uma EES durante um período contabilístico. Inclui produção mercantil (bens e/ou serviços destinado a venda no mercado, sobretudo produtos vendidos a preços economicamente significativos); produção para utilização final própria (bens e serviços que são retidos para consumo final ou formação de capital pela mesma entidade); e outra produção não mercantil (produção fornecida a outras entidades gratuitamente ou a preços economicamente não significativos) (SEC 2010).

No setor da ES, embora a maioria das organizações apresente essencialmente produção não mercantil, dada a heterogeneidade de entidades que o compõem, também é contabilizada produção mercantil, em particular nas Cooperativas e Associações Mutualistas. Já a produção para utilização final própria tende a ser residual.

Em 2020, o setor da ES apresentou uma Produção no valor de 9,7 mil milhões de euros, observando-se que a sua evolução ao longo do tempo tende a seguir a evolução identificada na EN – **Figura 7**. Entre 2019 e 2020, a Produção da ES decresceu cerca de 432 milhões de euros o que acompanha a EN, embora sendo um decréscimo menos acentuado. Face a 2010, em 2020 a ES regista um crescimento nominal de 8,4%, sendo muito próximo, embora mais baixo, ao observado na EN.

As **atividades** que mais contribuíram para a Produção deste setor em 2020 foram as relacionadas com Serviços sociais (23,6%), Saúde (22,3%) e Educação (11,2%), o que não varia significativamente do observado em 2016 e 2019. Entre 2016 e 2020, foram as atividades não especificadas incluídas no grupo de Outras atividades, a Agricultura, silvicultura e pesca e os Serviços profissionais, científicos e administrativos

que mais cresceram em Produção. Por seu turno, a Produção de Atividades imobiliárias, Religião e Alojamento, restauração e similares, foi a que mais diminuiu.

Por grupo da ES, constata-se que cada família apresenta uma evolução distinta, podendo ser salientado o seguinte:

Entre 2010 e 2013, apenas Cooperativas e Fundações, e o grupo particular das IPSS, apresentam decréscimo na Produção, tendo sido estas entidades as que influenciaram o decréscimo observado no setor como um todo naquele período;

Entre 2013 e 2016, a Produção aumentou em todas as famílias da ES, em particular nas Fundações;

Entre 2016 e 2019 apenas a Produção das Associações Mutualistas decresceu e entre 2019 e 2020 apenas as Misericórdias registaram um aumento;

Entre 2010 e 2020 as Cooperativas e Associações Mutualistas são os únicos grupos da ES que registam um decréscimo na Produção (-21,3% e -5,4%, respetivamente), pelo que na década em análise o crescimento do setor da ES pode ser explicado sobretudo pela evolução da Produção das restantes famílias da ES, particularmente as Fundações;

As **Misericórdias** são a única família da ES que regista aumentos na Produção em todos os períodos analisados.

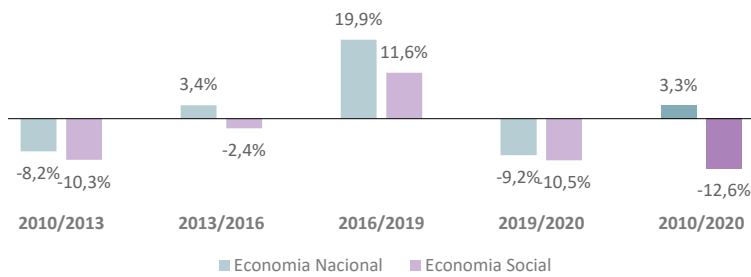


Figura 8
Taxas de variação do Consumo Intermédio na Economia Nacional e Economia Social, em preços correntes (entre 2010 e 2020)
Fonte: INE – Contas Nacionais, e edições da CSES, elaborado pelo autor

De referir que em todas as edições da CSES, as ACFA, em conjunto com os SCA, asseguraram mais de metade da Produção do setor, seguidas pelas Cooperativas e as Misericórdias (que asseguraram em média cerca de 20% e 10%, respetivamente).

2.3.1.2. CONSUMO INTERMÉDIO

O Consumo Intermédio consiste no conjunto de bens e serviços transformados ou utilizados por uma EES como elementos do seu processo de produção de outros bens e serviços, excluindo os ativos fixos (SEC 2010). Tal inclui, por exemplo, as matérias-primas, pequenos equipamentos/ferramentas, ou aquisição de serviços de fornecedores.

Em 2020, o setor da ES apresentou um Consumo Intermédio no valor de 4,1 mil milhões de euros, menos 584 milhões de euros face a 2010. Observa-se que, com exceção do período entre 2013 e 2016, esta variável na ES tende a seguir o mesmo comportamento da EN. Destaca-se que em períodos de decréscimo, em particular entre 2010/2013 e 2019/2020, o Consumo Intermédio da ES apresentou taxas de decréscimo superiores às identificadas na EN. Este fenómeno, aliado ao facto de o Consumo Intermédio neste setor ter aumentado apenas entre 2016 e 2019, faz com que em dez anos o setor da ES registre um decréscimo bastante significativo nesta variável ao invés do crescimento sentido na EN – **Figura 8**.

O Consumo Intermédio no setor da ES em 2020 foi superior nas atividades relacionadas com Saúde (20,9%), Serviços sociais (18,9%) e Indústria (12,9%), o que é semelhante ao observado em 2016 e 2019. Entre 2016 e 2020, à semelhança do verificado

na Produção, também aqui foram as atividades não especificadas incluídas no grupo de Outras atividades e a Agricultura, silvicultura e pesca que mais aumentaram em Consumo Intermédio, seguindo-se, neste caso, as atividades de Filantropia e promoção do voluntariado. Por sua vez, a Religião, Atividades imobiliárias e a Educação, foram as atividades com maior decréscimo nesta variável.

Por grupo da ES, à semelhança da Produção, também aqui cada família apresenta uma evolução distinta, podendo ser salientado o seguinte:

Entre 2010 e 2013, Associações Mutualistas e o grupo das ACFA e SCA, ao contrário de todas as outras famílias, registam aumento no Consumo Intermédio;

Entre 2013 e 2016 apenas as Cooperativas e o grupo das ACFA e SCA, diminuíram o seu Consumo Intermédio, sendo estas entidades as que ajudam a explicar o comportamento do setor como um todo naquele período;

Entre 2016 e 2019 apenas as Associações Mutualistas apresentam um comportamento diferente das restantes famílias da ES, registando um decréscimo do Consumo Intermédio;

Entre 2019 e 2020, o Consumo Intermédio reduziu em todas as famílias da ES, com destaque para as Associações Mutualistas (-16,7%) e Fundações (-13,5%);

Em dez anos, apesar do setor da ES registar um decréscimo no Consumo Intermédio, encabeçado em particular pelas Cooperativas (-29,9%), três grupos da ES registaram aumentos nesta variável: Fundações, Misericórdias e IPSS.

Por último, salienta-se que a distribuição do Consumo Intermédio do setor da ES por família seguiu um padrão semelhante em quase todas as edições da CSES, observando-se que as ACFA, em conjunto com os SCA, e as Cooperativas apresentavam os valores mais elevados (em média, cerca de 53% e 27% do Consumo Intermédio do setor, respetivamente). De assinalar que na última edição da CSES, para os anos 2019 e 2020, as Fundações passaram a ser a terceira família com maior fatia do Consumo Intermédio do setor ao invés das Misericórdias, como se verificou em Contas anteriores.

2.3.1.3. VAB

O valor acrescentado bruto (VAB) corresponde à diferença entre a Produção e o Consumo Intermédio, representando assim a riqueza gerada pela produção das EES, descontando o valor dos bens e serviços consumidos para a gerar.

Com um VAB em 2020 de 5,6 mil milhões de euros, as variações nominais observadas no VAB da ES, em comparação com a EN, revelam até ao período mais recente (entre 2019 e 2020) um comportamento em sentido idêntico ao da economia portuguesa. Neste período, destaca-se que em 2016 (face a 2013) e em 2019 (face a 2016) o VAB da ES cresceu mais do que o da EN, apresentando assim um comportamento mais dinâmico – **Figura 9**.

Entre 2019 e 2020, o VAB da ES regista um ligeiro aumento o que contrastou com a forte redução desta variável macroeconómica na EN. Esta evolução no período marcado pela pandemia provocada pela COVID-19, indicia a capacidade do setor da ES em dar resposta às necessidades sociais permanentes que se agravam em períodos de crise, funcionando em contraciclo e servindo de “amortecedor” a curto prazo dessas crises.

O maior dinamismo identificado na ES durante os períodos em análise, ajuda a explicar a evolução observada entre 2010 e 2020, em que este setor terá tido um crescimento do VAB cerca de duas vezes superior ao do conjunto da economia portuguesa.

Considerando a análise anterior respeitante às duas principais componentes do VAB, ou seja, Produção e Consumo Intermédio, importa salientar que embora o crescimento do VAB esteja a ser apoiado pelo crescimento produtivo deste setor, o saldo positivo parece ser influenciado em maior medida por uma redução significativa dos custos que estas entidades suportam para cumprir as suas atividades.

As **atividades** que mais contribuíram para o VAB da ES em 2020 foram as relacionadas com Saúde (25,5%), Serviços sociais (24,9%) e Educação (14,3%), sendo a mesma estrutura identificada em 2016 e 2019. Entre 2016 e 2020, foram as atividades de Agricultura, silvicultura e pesca, de Serviços profissionais, científicos e administrativos e de Desenvolvimento comunitário e económico e habitação, que apresentaram maior crescimento no VAB. Por seu turno, as atividades não especificadas incluídas no grupo de Outras atividades, a Filantropia e promoção do voluntariado e o Alojamento, restauração e similares, registaram a maior diminuição.

No que concerne à evolução do VAB das **diferentes famílias da ES**, pode ser salientado o seguinte:

Entre 2010 e 2013, o crescimento negativo do VAB da ES pode ser explicado pelo decréscimo significativo desta variável nas Cooperativas e nas Fundações (em ambos os casos na ordem dos 30%). Também o grupo das IPSS registou uma diminuição nesta variável económica;

Entre 2013 e 2016 todas os grupos da ES registam aumento do VAB, e **entre 2016 e 2019** apenas as Associações Mutualistas apresentam uma evolução negativa nesta variável;

Entre 2019 e 2020, apesar dos impactos negativos sentidos na economia portuguesa, apenas duas famílias da ES reduziram no VAB, Fundações (-2,3%) e as ACFA em conjunto com os SCA (-0,5%), sendo de salientar que esses decréscimos foram muito inferiores aos da EN;

Numa década, o elevado crescimento do VAB da ES foi particularmente influenciado pelo grande crescimento deste indicador nas ACFA, em conjunto com os SCA (+52,6%), e nas Misericórdias (+27,3%), tendo decrescido neste período apenas nas Cooperativas e Associações Mutualistas.

À semelhança das restantes rubricas da Conta de Produção, a estrutura do VAB da ES por grupo da ES não apresenta grandes flutuações ao longo do período em análise, observando-se que as ACFA, em conjunto com os SCA, são responsáveis por mais de metade desta variável em todas as edições da CSES. Seguem-se as Cooperativas e as Misericórdias, com a única exceção assinalável no ano de 2013 em que inverteram de posição; e as Fundações e Associações Mutualistas tendem a disputar o quarto lugar, embora nos dois últimos anos de informação - 2019 e 2020 - sejam as Fundações a assegurar essa posição.

2.3.2. CONTA DE EXPLORAÇÃO

2.3.2.1. REMUNERAÇÕES

As Remunerações incluem as retribuições pelo trabalho prestado, em dinheiro ou em espécie, a pagar pelas EES aos seus empregados num determinado período contabilístico (SEC 1010). Tal inclui ordenados e salários acordados e outras contribuições sociais (como subsídios, ajudas de custo, horas extra, prémios, entre outras).

Em 2020, o setor da ES apresentou Remunerações no valor de 4,9 mil milhões de euros, constata-se que a sua evolução foi positiva em todos os períodos em análise – **Figura 10**.

Face à EN, destaca-se a evolução identificada em 2013 (face a 2010), onde as Remunerações da

economia portuguesa apresentaram um decréscimo muito significativo e a ES um ligeiro aumento; e a evolução de 2020 (face a 2019) onde a Remunerações nacionais estagnaram e na ES aumentaram. Estes dois períodos revelam um comportamento atípico do setor da ES face a momentos de crise (financeira entre 2010 e 2013, pandémica entre 2019 e 2020). Assim, no período mais alargado de dez anos, observa-se que o crescimento das Remunerações no setor da ES foi o dobro do identificado para a EN.

**O setor terá tido
um crescimento
do VAB cerca de duas
vezes superior
ao do conjunto da
economia portuguesa**

Em 2020 a Saúde representou a maior parte do total de Remunerações da ES (26,7%), sendo imediatamente seguida pelos Serviços Sociais (26,6%) e pela Educação (15,1%). Esta distribuição é muito semelhante aos dois períodos anteriores em análise (2016 e 2019), embora em 2020 se verifique o aumento da importância relativa das atividades de Saúde em relação aos Serviços Sociais que até 2019 ocupavam a primeira posição. Entre 2016 e 2020, destaca-se o crescimento das Remunerações nas atividades de Agricultura, silvicultura e pesca, atividades não especificadas incluídas no grupo de Outras atividades e Serviços profissionais, científicos e administrativos. Por outro lado, salienta-se o decréscimo observado no Comércio, Filantropia e promoção do voluntariado e Organizações empresariais, profissionais e sindicatos.

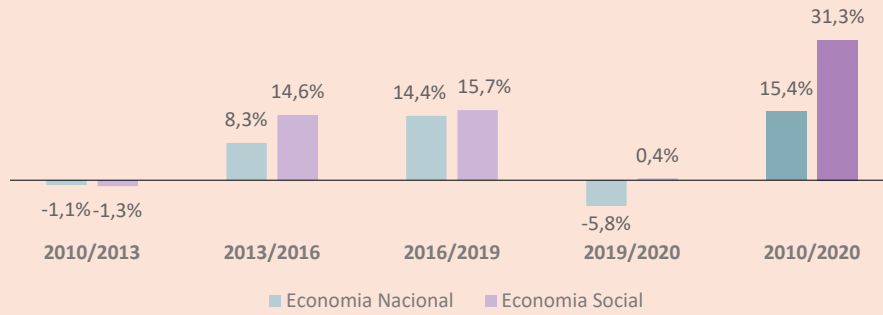


Figura 9
Taxas de variação do VAB na Economia Nacional e Economia Social, em preços correntes (entre 2010 e 2020)

Fonte: INE – Contas Nacionais e edições da CSES, elaborado pelo autor

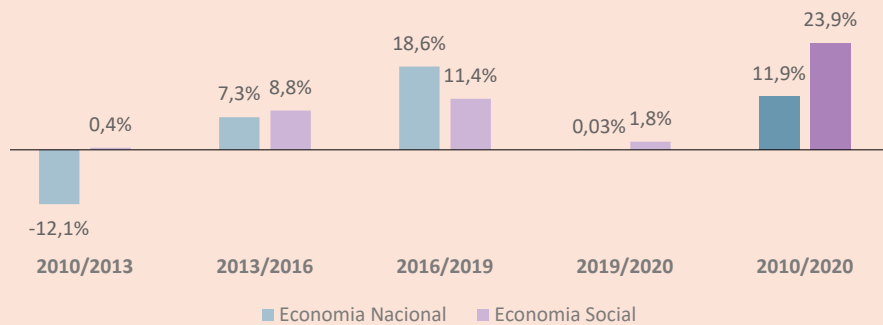


Figura 10
Taxas de variação das Remunerações na Economia Nacional e Economia Social, em preços correntes (entre 2010 e 2020)

Fonte: INE – Contas Nacionais e edições da CSES, elaborado pelo autor

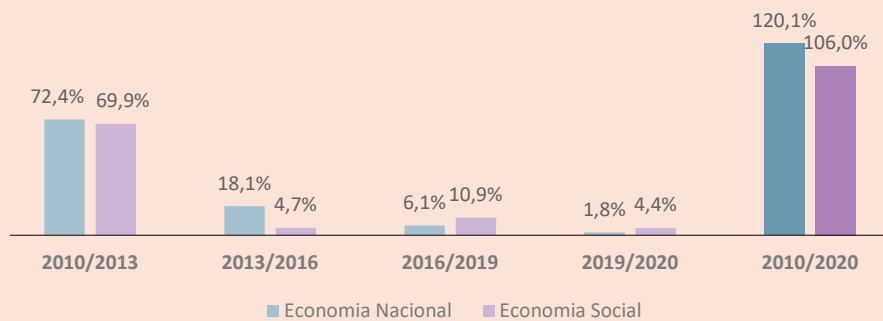


Figura 11
Taxas de variação dos Outros Impostos à Produção na Economia Nacional e Economia Social, em preços correntes (entre 2010 e 2020)

Fonte: INE – Contas Nacionais e edições da CSES, elaborado pelo autor

Por **grupo da ES**, ao longo do tempo é de dar destaque às seguintes evoluções:

Entre 2010 e 2013, apenas as Cooperativas e o grupo das ACFA e SCA, registam decréscimo nesta variável;
A evolução das Remunerações em **2016** (face a 2013) e em **2019** (face a 2016) foi negativa apenas nas Associações Mutualistas;
Entre 2019 e 2020 apenas as Cooperativas apresentam uma redução nas Remunerações, embora bastante reduzida (-0,4%), observando-se que este grupo da ES é também o único que, **em 10 anos**, viu um decréscimo nas remunerações (-7,1%);
Numa década, o crescimento das Remunerações da ES é particularmente explicado pelo crescimento deste indicador nas Fundações (+65%) e nas Misericórdias (+54,1%);
As **Misericórdias, Fundações** e o **grupo das IPSS** registam (à semelhança do setor como um todo) aumentos das Remunerações em todos os períodos analisados.

De salientar que, até 2016 manteve-se uma estrutura por família da ES igual em termos de Remunerações, evidenciando-se as ACFA em conjunto com as SCA, com mais de 60% das Remunerações do setor (o que se manteve em 2019 e 2020), seguindo-se as Cooperativas, Misericórdias, Fundações e Associações Mutualistas. A partir de 2019 ocorreu uma inversão de importância relativa entre as Cooperativas e Misericórdias, estas últimas passando a contribuir com uma parcela maior nas Remunerações do setor.

2.3.2.2. OUTROS IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO

A rubrica de Outros Impostos sobre a Produção (doravante denominados de Impostos) inclui todos os impostos suportados pelas EES pelo facto de se dedicarem à produção, independentemente da quantida-

de ou do valor dos bens e serviços produzidos ou vendidos (SEC 2010). Podem ser devidos por terrenos, edifícios, ativos fixos para fins de produção (como veículos ou maquinaria), emprego de mão de obra no processo de produção ou em certas atividades ou operações. Contribuições autárquicas, impostos sobre a circulação de veículos, ou impostos do tipo valor acrescentado (IVA) são exemplos que ilustram esta componente.

Em 2020, o setor da ES suportou Impostos no valor de 30,8 milhões de euros, constatando-se que a sua evolução foi positiva em todos os períodos em análise – **Figura 11**.

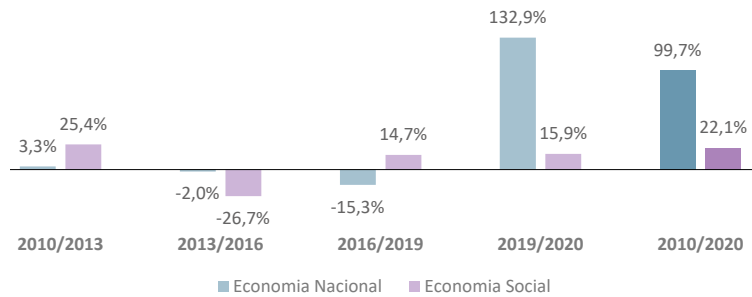
Observa-se que entre 2010 e 2013 os Impostos sobre a produção tiveram aumentos muito significativos, quer na ES, quer na EN. Nos restantes períodos, apesar de se manter uma evolução positiva, este foi significativamente mais reduzido, destacando-se em particular 2019 e 2020 onde, face aos períodos anteriores (2016 e 2013 respetivamente) a ES conheceu aumentos no total de Impostos sobre a produção superiores ao da economia portuguesa.

Neste sentido, e dada a relativa estabilidade dos Impostos entre 2013 e 2020, o aumento expressivo desta rubrica na ES (e também na EN) em dez anos, parece ser de atribuir ao crescimento identificado no início da série que, por sua vez, está relacionado com o aumento da carga fiscal em Portugal na sequência das medidas de austeridade em período de crise financeira.

Em 2020, as Atividades financeiras e de seguros suportavam mais de metade dos Impostos deste setor (65,9%), sendo seguidas pela Cultura, comunicação e atividades de recreio (12,7%) e Educação (8,1%). Embora esta distribuição seja idêntica em 2019, em 2016 os Serviços sociais (6,0%) e as Organizações empresariais, profissionais e sindicatos (5,3%) ocupavam o segundo e terceiro lugares, respetivamente. Entre 2016 e 2020, destaca-se o crescimento do montante de Impostos sobre a produção suportados pelas atividades de Cultura, comunicação e atividades de recreio, Serviços profissionais, científicos e administrativos e Atividades de intervenção cívica, jurídica, política e internacional. Por seu turno, o maior de-

Figura 12
Taxas de variação dos Outros Subsídios
à Produção na Economia Nacional e Economia
Social, em preços correntes (entre 2010 e 2020)

Fonte: INE – Contas Nacionais e edições da CSES,
elaborado pelo autor



crésimo identifica-se nas atividades das Organizações empresariais, profissionais e sindicatos, Saúde e Indústria.

Por **grupo da ES**, ao longo do tempo é de dar destaque às seguintes evoluções:

Entre 2010 e 2013, apenas Associações Mutualistas e Cooperativas, apresentam acréscimo nos Impostos suportados, tendo sido estas entidades as que influenciaram a evolução positiva no setor como um todo naquele período, a qual não foi compensada pelo decréscimo verificado nas outras famílias; **Entre 2013 e 2016** apenas os Impostos sobre a produção das Fundações e do grupo das IPSS decresceu e entre **2016 e 2019** apenas as Associações Mutualistas registaram uma diminuição; **Entre 2019 e 2020**, observa-se um decréscimo dos Impostos nas Misericórdias e nas ACFA em conjunto com os SCA, tendo aumentado nas Associações Mutualistas e Cooperativas; **Numa década**, apenas as Fundações e o grupo de entidades com estatuto de IPSS registam um decréscimo nos Impostos; As **Cooperativas** são a única família da ES que regista aumentos em Outros Impostos sobre a Produção em todos os períodos analisados.

De salientar que, à exceção de 2010 em que o grupo das ACFA e as SCA suportavam a maior parte dos Impostos sobre a produção do setor da ES, nos restantes períodos foram as Associações Mutualistas e as Cooperativas (suportando em média cerca de 42% e 32%, respetivamente).

2.3.2.3. OUTROS SUBSÍDIOS À PRODUÇÃO

Os Outros Subsídios à Produção (doravante Subsídios), que resultam de transferências correntes sem contrapartida que as administrações públicas ou

as instituições da União Europeia fazem a produtores residentes; são subsídios que as EES podem receber em consequência de estarem envolvidas na produção (SEC 2010). Tal inclui, por exemplo, subsídios com base na massa salarial, no número de efetivos, no emprego de tipos particulares de pessoas (como os deficientes físicos), para formação profissional, para redução da poluição ou como bonificações de juros.

Em 2020, o setor da ES contou com 637,2 milhões de euros, observando-se uma evolução ao longo do tempo em geral positiva, tendo decrescido apenas em 2016 (face a 2013) – **Figura 12**.

As variações nominais observadas nos Subsídios da ES, em comparação com a EN, revelam contrastes significativos. Em 2013 (face a 2010) o crescimento dos Subsídios na ES foi quase oito vezes superior ao aumento sentido na EN; inversamente, em 2016 (face a 2013) a ES regista um decréscimo neste recurso cerca de 13 vezes superior ao decréscimo identificado na EN. No período seguinte, ou seja, entre 2016 e 2019, a ES teve um crescimento que, em termos relativos, foi percentualmente quase tão elevado quanto o decréscimo observado na economia portuguesa, ou seja, apesar da redução de Subsídios na EN, a ES conheceu maior disponibilidade deste recurso.

Entre as diferenças observadas nos Subsídios da ES e da EN a maior observa-se entre 2019 e 2020, período onde o crescimento desta rubrica na ES contrasta com o aumento muito significativo na EN. Importante notar que na EN o montante total de subsídios atribuídos duplicou entre 2019 e 2020 (passando de 2,1 para 4,9 mil milhões de euros), o que se fica a dever aos apoios extraordinários para manutenção dos postos de trabalho introduzidos no período de pandemia (por exemplo, regime de layoff simplificado e complementos de estabilização).

Neste sentido, dada a relativa estabilidade dos Subsídios da ES entre 2010 e 2020 e o aumento muito expressivo desta rubrica na EN entre 2019 e 2020, esta variável aumentou em dez anos na ES numa proporção muito inferior ao aumento na EN.

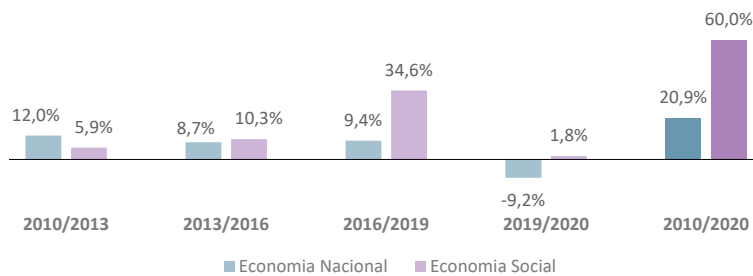


Figura 13
Taxas de variação do Excedente de Exploração Bruto na Economia Nacional e Economia Social, em preços correntes (entre 2010 e 2020)

Fonte: INE – Contas Nacionais e edições da CSES, elaborado pelo autor

Em 2019 e 2020, os Serviços Sociais e a Educação reuniam quase 40% dos Subsídios, sendo seguidas pelas Organizações empresariais, profissionais e sindicatos (média de 18,5%). Em 2016, os Serviços Sociais e a Educação também concentravam a maior parte dos Subsídios, mas numa proporção superior de 48%, sendo seguidas pelas atividades de Saúde (16,3%). Quanto à evolução temporal desta variável, entre 2016 e 2020, destaca-se o crescimento dos Subsídios arrecadados pelas Atividades financeiras e de seguros, Cultura, comunicação e atividades de recreio e as Atividades de intervenção cívica, jurídica, política e internacional. Por seu turno, o maior decréscimo identifica-se nas atividades não especificadas identificadas em Outras atividades, Saúde e Comércio.

Por **grupo da ES**, ao longo do tempo é de dar destaque às seguintes evoluções:

Entre 2010 e 2013, os Subsídios aumentaram em todas as famílias da ES, com destaque para as Fundações (+31,7%), as ACFA em conjunto com os SCA (+29,6%), e o grupo de entidades com estatuto de IPSS (+23,6%);

Entre 2013 e 2016 apenas os Subsídios das Fundações aumentou, verificando-se que o forte decréscimo deste recurso no setor da ES ficou a dever-se em particular ao decréscimo observado nas Associações Mutualistas (-75%) e nas ACFA em conjunto com os SCA (-32%);

Entre 2016 e 2019 observa-se um decréscimo dos Subsídios nas Misericórdias (-19,9%), nas Fundações (-3%) e nas IPSS (-1,5%), tendo aumentado nos restantes grupos;

Em 2020 (face a 2019), apenas as Fundações registaram diminuição nos Subsídios (-7,8%), sendo particularmente elevado o aumento de Subsídios nas Misericórdias (+50,3%);

Em dez anos, todas as famílias da ES aumentaram neste recurso, com destaque para as Associações Mutualistas (+91,7%) e as entidades com estatuto de IPSS (+37,3%).

Ao longo dos períodos analisados, salienta-se que as ACFA em conjunto com os SCA arrecadavam a maior parte dos Subsídios do setor da ES, seguindo-se as Cooperativas (em média cerca de 74% e 16%, respetivamente).

2.3.2.4. EXCEDENTE DE EXPLORAÇÃO BRUTO

O Excedente de Exploração Bruto (EEB) é o saldo contabilístico da Conta de Exploração e mostra como o VAB cobre a remuneração dos empregados e outros impostos (líquidos de subsídios) sobre a produção (SEC 2010). Constitui assim o excedente (ou o défice) resultante das atividades produtivas e sintetiza a totalidade do valor afeto à remuneração do fator capital (juros, rendas ou outros encargos pagos ou recebidos pela utilização dos ativos).

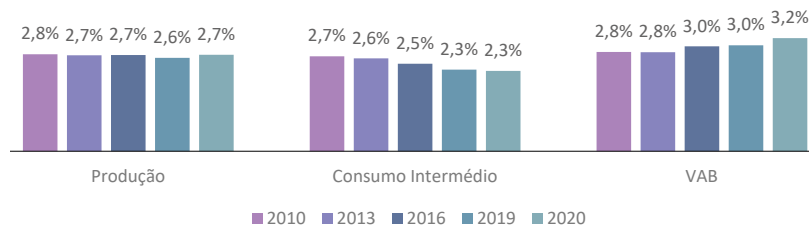
A ES apresenta em 2020 um EEB positivo de 1,3 mil milhões de euros, constatando-se que, à semelhança do VAB, as variações nominais observadas neste indicador, em comparação com a EN¹², revelam até 2019 um comportamento em sentido idêntico ao da economia portuguesa. Neste período, destaca-se que em 2016 (face a 2013) e, particularmente, em 2019 (face a 2016) o EEB da ES cresceu mais do que o da EN – **Figura 13**. O forte crescimento desta variável na ES em 2016 surge associado em particular ao menor aumento do custo com os empregados verificado na ES e à evolução positiva dos Subsídios.

Entre 2019 e 2020, o EEB da ES regista um ligeiro aumento contrastando com a forte redução desta variável macroeconómica na EN. Esta evolução surge aliada ao crescimento do VAB e dos Subsídios da ES

¹² No sentido de garantir coerência na comparação dos saldos da Conta de Exploração, o valor do Excedente de Exploração Bruto para a economia nacional inclui o Rendimento misto, ou seja, a remuneração do trabalho realizado pelo proprietário (ou pelos membros da sua família) de uma empresa não constituída em sociedade e que não pode ser distinguido do lucro empresarial do proprietário. Esta rubrica não é contabilizada na Economia Social.

Figura 14
Peso das variáveis da Conta de Produção da Economia Social na Economia Nacional, em preços correntes (entre 2010 e 2020)

Fonte: INE – Contas Nacionais e edições da CSES, elaborado pelo autor



que mais do que compensou o crescimento também verificado nas Remunerações e nos Impostos.

Numa década, a evolução sempre positiva desta componente económica da ES ajuda a explicar o seu forte crescimento quando comparado com o da EN, sendo quase três vezes superior. Pese embora o aumento no mesmo período dos custos com emprego e com os encargos fiscais, a ES revela um excedente maior para fazer face seus custos com o fator capital.

As atividades que mais contribuíram para o EEB da ES em 2020 foram as relacionadas com Serviços profissionais, científicos e administrativos (22,5%), Serviços sociais (17,2%) e Atividades financeiras e de seguros (14,3%), observando-se que a maioria das atividades apresentavam saldo positivo nesta rubrica, sendo as exceções mais notáveis as atividades de Filantropia e promoção do voluntariado, e Alojamento, restauração e similares. Em 2019, a estrutura do EEB na ES era bastante semelhante embora a Educação ocupasse o terceiro lugar e em 2016 a estrutura surgia bastante diferente, tendo maior contributo para o EEB do setor as Atividades financeiras e de seguros (22,1%), a Saúde (19,1%) e depois os Serviços Sociais (16,9%).

Entre 2016 e 2020, foram as atividades de Agricultura, silvicultura e pesca, de Intervenção cívica, jurídica, política e internacional e de Desenvolvimento comunitário e económico e habitação, que apresentaram maior crescimento no EEB. Por seu turno, as atividades classificadas em Organizações empresariais, profissionais e sindicatos, as Atividades imobiliárias e o Alojamento, restauração e similares, registaram a maior diminuição.

—
**A ES revela
um excedente maior
para fazer face
aos seus custos
com o fator capital**
—

No que concerne à evolução do EEB das diferentes famílias da ES salienta-se:

Entre 2010 e 2013, o crescimento do EEB da ES pode ser explicado pelo crescimento significativo nas ACFA em conjunto com os SCA (na ordem dos 188%), já que todas as restantes famílias da ES registam decréscimo nesta variável;

Entre 2013 e 2016, o grupo de entidades com estatuto de IPSS, Misericórdias e as ACFA, em conjunto com os SCA, decresceram em EEB (78,5%, 28,2% e 6,0%, respetivamente), sendo o crescimento desta rubrica no setor da ES como um todo suportado pelo crescimento nos restantes grupos;

Entre 2016 e 2019 as Cooperativas, as ACFA, em conjunto com os SCA, e as IPSS registam aumento no EEB (76,5%, 60,4% e 40,1%, respetivamente), explicando o crescimento elevado sentido no setor, já que as restantes famílias registam decréscimo nesta rubrica;

Entre 2019 e 2020, apenas as Fundações reduziram no EEB, (-21,3%), sendo de assinalar o grande crescimento deste indicador nas Misericórdias (+90,4%);

Numa década, o elevado crescimento do EEB da ES foi particularmente influenciado pelo grande crescimento deste indicador nas ACFA, em conjunto com os SCA (na ordem dos 338%), e o aumento nas Cooperativas (+13,6%), tendo decrescido neste período em todos os outros grupos.

Em todos os períodos, todas as famílias da ES tiveram saldo positivo no EEB.

A estrutura do EEB da ES por grupo da ES não apresenta grandes flutuações ao longo do período em análise, observando-se que as ACFA, em conjunto com os SCA, concentram em todas as edições da CSES a maior proporção desta variável (cerca de um quarto em 2010 e em média 66% nas edições seguintes).

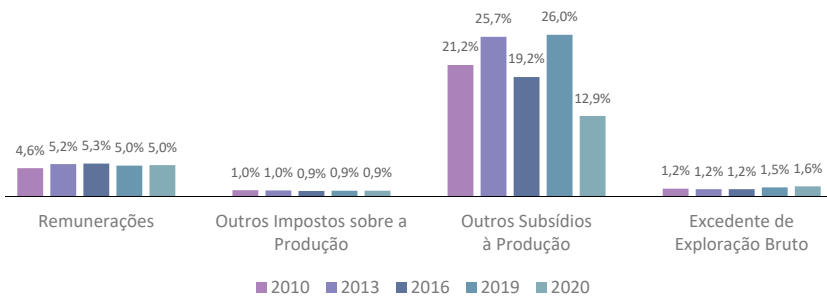


Figura 15
Peso das variáveis da Conta de Exploração da Economia Social na Economia Nacional, em preços correntes (entre 2010 e 2020)

Fonte: INE – Contas Nacionais e edições da CSES, elaborado pelo autor

Tendem depois a ocupar o segundo lugar as Cooperativas (2010, 2019 e 2020) ou as Associações Mutualistas (2013 e 2016).

2.3.3. PESO DA ECONOMIA SOCIAL NA ECONOMIA NACIONAL

Mesmo considerando as alterações metodológicas e conceptuais introduzidas nas diferentes edições da CSES, a consistência com as Contas Nacionais Portuguesas permite contextualizar a importância da ES na EN entre 2010 e 2020. Esta importância está, obviamente, interligada com a evolução que estas variáveis registaram no setor da ES e na economia portuguesa e que foram, nas seções anteriores, apresentadas.

No que respeita aos indicadores da Conta de Produção, observa-se que na primeira edição da CSES a Produção, Consumo Intermédio e o VAB da ES apresentavam um peso na EN muito semelhante – **Figura 14**. A partir de 2013, a evolução destas três variáveis tomou rumos distintos, sendo de notar que: a Produção da ES apresentou um peso muito semelhante em todas as edições da CSES com um ligeiro decréscimo em 2013 e em 2019, mas aumento em 2020; o Consumo Intermédio reduziu em peso relativo até 2019, estabilizando em 2020; e o VAB apresentou uma tendência crescente, tendo inclusivamente em 2020 atingido o mais elevado valor das quatro edições da CSES.

Entre 2010 e 2013, destaca-se a variação pouco significativa da Produção e do Consumo Intermédio e a manutenção do peso do VAB da ES na EN. Também de salientar o crescimento do peso da ES na EN entre 2019 e 2020, quer na Produção, quer no VAB. Ambos são acontecimentos ilustrativos da resiliência do setor em contextos de crise económica e financeira que então afetaram Portugal.

Por seu turno, no conjunto de variáveis da Conta de Exploração, as Remunerações da ES apresentaram um aumento do seu peso na EN entre 2010 e 2016, ano em que foi alcançado o maior valor da série. Posteriormente, terá decrescido em 2019 e, apesar de não evidente na **Figura 15**, aumentado ligeiramente em

2020, o que, de novo, indicava um funcionamento da ES em contraciclo com o resto da economia.

As EES suportam uma parte pouco expressiva dos Outros Impostos sobre Produção cobrados na EN, observando-se inclusivamente entre 2010 e 2020 uma tendência decrescente do peso da ES na EN neste indicador. Já no que respeita aos Outros Subsídios sobre a Produção, apesar da evolução muito oscilante entre edições das CSES, as EES concentram uma parte expressiva dos mesmos face à EN. Destaca-se em 2020 o expressivo decréscimo do peso dos Subsídios da ES na EN face ao peso relativo de 2019 (que se demonstrou como o maior da série), embora seja de salientar que tal terá ficado a dever-se ao aumento muito significativo e extraordinário de Subsídios à produção atribuídos naquele ano em todos os setores da economia nacional.

Por fim, o peso do Excedente de Exploração Bruto da ES, à semelhança do VAB, também cresceu ao longo das edições da CSES, embora apresente um peso relativo na EN mais reduzido.

2.4. EMPREGO

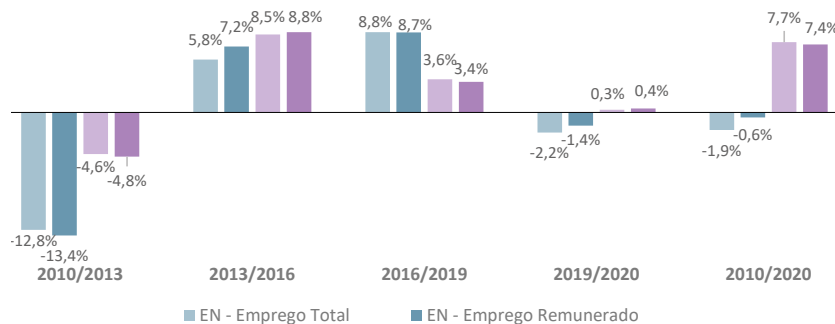
Similarmente ao observado para os indicadores económicos referidos anteriormente, também é possível nos resultados da CSES encontrar a evolução temporal do Emprego no setor da ES.

À semelhança do indicado na seção anterior, as alterações metodológicas e conceptuais introduzidas ao longo das diferentes edições da CSES, influenciam a capacidade analítica e até os resultados que podem ser observados no âmbito do Emprego do setor. Tal aplica-se sobretudo nas análises por família da ES ou por atividade, para as quais as advertências feitas na seção anterior também aqui se aplicam. Não obstante, a consistência das estimativas do Emprego para este setor com as Contas Nacionais Portuguesas permite comparar como têm evoluído no tempo e contextualizar a sua importância na EN.

Em 2020 a ES gerou 245 618 empregos a tempo completo (ETC - unidades de trabalho equivalente a

Figura 16
Evolução do Emprego Total e Remunerado
da Economia Social e Economia Nacional,
em ETC (entre 2010 e 2020)

Fonte: INE – Contas Nacionais e edições da CSES,
elaborado pelo autor



tempo completo¹³), o que equivalia a mais de 274 mil postos de trabalho e mais de 241 mil indivíduos, observando-se que, em todas as unidades de trabalho consideradas, cerca de 99% corresponde a Emprego remunerado.

O Emprego, total e remunerado (ambos em ETC), da ES exibiu, tendencialmente, uma evolução semelhante à observada no emprego nacional, aumentando ou diminuindo em conformidade com o resto da economia. O período entre 2019 e 2020 surge como uma clara exceção, verificando-se no primeiro ano afetado pela pandemia da COVID-19 uma redução do Emprego, total e remunerado, nacional, mas um ligeiro aumento destas variáveis na ES – **Figura 16**.

Destaca-se igualmente o decréscimo do Emprego da ES entre 2010 e 2013 e o aumento no período seguinte (2013-2016), onde as taxas de variação na ES registam uma diminuição menos acentuada e um aumento mais acentuado quando comparadas com as da economia portuguesa. Esta evolução particularmente contra cíclica do Emprego no setor da ES, ajuda a explicar como em dez anos o Emprego na ES aumentou enquanto na EN diminuiu. Os dados apontam assim para um comportamento mais dinâmico que a economia portuguesa como um todo.

Destacam-se neste âmbito as EES que **atuavam em domínios** como a Saúde, Serviços Sociais e Educação que, em 2016, 2019 e 2020, concentravam em média, respetivamente, 33%, 30% e 13% do Emprego total e remunerado da ES. Entre 2016 e 2020, foram as atividades de Agricultura, silvicultura e pesca, atividades não especificadas classificadas em Outras atividades e Serviços profissionais, científicos e administrativos, que apresentaram maior crescimento do Emprego (total e remunerado). Por seu turno, as atividades classificadas em Comércio e Filantropia e promoção do voluntariado registaram o maior de-

crécimo do Emprego (total e remunerado), surgindo em terceiro lugar a Religião para o Emprego total e as Organizações empresariais, profissionais e sindicatos para o Emprego remunerado.

Por **grupo da ES**, é de dar destaque às seguintes evoluções que se aplicam ao Emprego total e ao Emprego remunerado (ambos em ETC):

Entre 2010 e 2013, o Emprego apenas decresceu nas Cooperativas (-21,6% no Emprego total e -23,5% no Emprego remunerado) e nas ACFA em conjunto com os SCA (-4,7% no Emprego total e remunerado), podendo ser atribuído a estas famílias a razão pela qual o Emprego decresceu na ES neste período;

Entre 2013 e 2016 apenas nas Associações Mutualistas o Emprego decresceu (-1,2% no Emprego total, e -1,1%, no remunerado), destacando-se em particular o aumento observado no Emprego total e remunerado nas Fundações (cerca de 30%);

Em 2019 (face a 2016) apenas se regista um decréscimo no Emprego total e remunerado nas Cooperativas (-1,7% em ambos os casos);

Entre 2019 e 2020, a maioria das famílias da ES registaram um decréscimo no Emprego, com exceção das Misericórdias (+1,6%, no Emprego total e remunerado) e ACFA em conjunto com os SCA (0,6% no Emprego total, e 0,8%, no remunerado);

Numa década, quase todas as famílias da ES aumentaram o Emprego, com destaque para as Fundações (+34,8% no Emprego total e +33,8% no Emprego remunerado), verificando-se que apenas as Cooperativas apresentam uma evolução negativa do Emprego total e remunerado (-24,4% e -26,0% respetivamente).

13 Emprego equivalente a tempo completo, que é igual ao número de postos de trabalho equivalentes a tempo completo, é definido como o total de horas trabalhadas dividido pela média anual de horas trabalhadas em postos de trabalho a tempo completo no território económico (SEC 2010).

Relevante salientar que neste indicador as ACFA, em conjunto com os SCA, concentram também a maior parte do Emprego, observando-se em todas as edi-

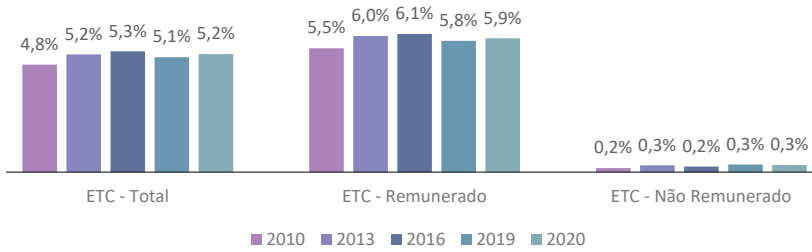


Figura 17
Peso do Emprego Total, Remunerado e Não remunerado da Economia Social na Economia Nacional, em ETC (entre 2010 e 2020)

Fonte: INE – Contas Nacionais e edições da CSES, elaborado pelo autor

ções da CSES uma proporção de cerca de 65%, quer do Emprego total, quer do remunerado (ambos em ETC). As Misericórdias surgem como segundo maior empregador, tendo contribuído, em média, com cerca 16% do Emprego, total e remunerado (ETC). O grupo das Cooperativas revelou-se como o terceiro maior empregador no conjunto das famílias da ES (em média 11% do emprego total e remunerado, em ETC), sendo o grupo que concentra a maior parte dos trabalhadores não remunerados.

No que respeita ao **contributo da ES no Emprego nacional**, este setor revela um papel muito relevante, tendo originado em 2020 mais de 5% do Emprego total e quase 6% do Emprego remunerado. Já o Emprego não remunerado do setor da ES surge pouco expressivo no total nacional em todas as edições da CSES – **Figura 17**.

Observa-se que o contributo da ES para o Emprego total e remunerado da EN aumentou até 2016, tendo atingido os valores máximos nesse período. Em 2019, este contributo decresceu, embora se identifique um novo aumento em 2020, porém para níveis inferiores aos observados em 2016. Não obstante, o aumento da importância relativa do emprego da ES na EN em 2013 e 2020 são, novamente, fortes indícios da resiliência deste setor face a momentos de grande desafio económico e social, revelando a capacidade de manutenção do emprego neste setor.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora os dados apresentados anteriormente não captem todas as características do setor da Economia Social português, evidenciam aspetos fundamentais da sua evolução ao longo de dez anos.

Desde logo, o **número de organizações** neste setor tem registado aumentos em todas as edições da CSES, **crescendo em dez anos duas vezes mais que o tecido empresarial português**. Acresce que apenas entre 2016 e 2019 o número de EES cresceu numa taxa inferior à observada nas empresas. Este período coincide com aquele que, na série contemplada,

registra maior estabilidade económica, o que sinaliza o maior dinamismo do setor da Economia Social em momentos económico-sociais mais adversos.

Não obstante o crescimento observado, importa salientar que de uma maneira geral, e em particular no fim da série temporal em análise, **a maioria das famílias da Economia Social apresenta um crescimento decrescente ou estagnado**, sendo o aumento contínuo de Associações com Fins Altruísticos (maior família da Economia Social), a principal explicação para o crescimento mais recente do setor como um todo.

Por atividade, e pese embora as alterações de nomenclatura entre edições da CSES que impedem uma comparação direta, o conjunto de atividades com maior número de EES dos últimos dez anos tende a corresponder a atividades relacionadas com Cultura e Recreio, Religião e Serviços Sociais. Por seu turno, e considerando as limitações de uma análise temporal mais alargada, bem como as alterações metodológicas entre as diferentes contas, destaca-se o crescimento entre 2016 e 2020 do número de entidades classificadas em atividades de ensino, desenvolvimento comunitário e económico, habitação e imobiliário, o que poderá ser encarado como um indício de uma maior necessidade de respostas nestas áreas.

Este é também um setor com elevada presença nos territórios nacionais, observando-se que em dez anos, apesar de transformações pouco expressivas na **disseminação geográfica** do setor, o número de organizações terá **aumentado em todos os territórios, destacando-se em particular o seu crescimento no Norte e no Sul do país**. É também notório o facto de o número de entidades neste sector ter aumentado no primeiro ano impactado pelos efeitos adversos da pandemia COVID-19, não se observando o mesmo com o setor empresarial.

Acresce que, embora as EES tendam a concentrar-se nas regiões mais populosas, com tendência para litoralização, em 2019 e 2020 os **territórios do interior tinham quase duas vezes mais entidades da Economia Social aí sediadas do que Empresas**. Estes indicadores atestam a maior proximidade do setor às comunidades que enfrentam os maiores desafios económicos e sociais e o seu importante papel enquanto motor do desenvolvimento local.

Ao longo de dez anos a Economia Social revelou um comportamento mais dinâmico em momentos de crise

Considerando os **indicadores económicos**, face a 2010, em 2020 a Economia Social regista um crescimento nominal da **Produção** muito próximo, embora mais baixo, que o observado na Economia Nacional. Por seu turno, regista um decréscimo bastante significativo do **Consumo Intermédio** ao contrário da Economia Nacional, onde aumentou. Consequentemente, no mesmo período destaca-se um crescimento do **VAB** da Economia Social cerca de duas vezes superior ao do conjunto da economia portuguesa, sendo de salientar que ao longo de dez anos a Economia Social revelou um comportamento mais dinâmico em momentos de crise, indiciando a capacidade do setor em dar resposta às necessidades sociais que se agravam nesses períodos, funcionando em contraciclo e servindo de “amortecedor” de curto prazo dessas crises.

Importa também salientar que embora o crescimento do VAB esteja a ser claramente apoiado pelo crescimento da Produção, o saldo positivo parece ter sido influenciado em maior medida por uma redução significativa dos custos (Consumo Intermédio) suportados pelo setor.

Quanto à evolução por atividade, são as atividades relacionadas com Saúde e Serviços Sociais que mais se destacam no período entre 2016 e 2020 nos diversos indicadores da Conta de Produção. Não obstante, entre 2016 e 2020, foram as atividades não especificadas incluídas no grupo de Outras atividades e Agricultura, silvicultura e pesca que mais cresceram em Produção e Consumo Intermédio, sendo as Atividades imobiliárias e Religião as que sinalizam maior decréscimo. No VAB, foram as atividades de Agricultura, silvicultura e pesca que apresentaram maior crescimento e as atividades não especificadas incluídas no grupo de Outras atividades o maior decréscimo.

Considerando as diferentes famílias da Economia Social, numa década, o crescimento da Produção do setor pode ser explicado sobretudo pela evolução desta variável nas Fundações; o decréscimo no Consumo Intermédio foi encabeçado pelas Cooperativas; e o elevado crescimento do VAB foi particularmente influenciado pelas ACFA, em conjunto com os SCA.

No que respeita aos indicadores económicos da Conta de exploração, as **Remunerações** revelam uma

evolução positiva em todos os períodos em análise, destacando-se um comportamento atípico do setor da Economia Social face a momentos de crise nos quais as Remunerações da economia portuguesa decresceram ou estagnaram. Assim, em dez anos o crescimento das Remunerações no setor da Economia Social foi o dobro do identificado para a Economia Nacional, sendo de atribuir em particular ao crescimento observado nas Fundações e Misericórdias.

Atividades como os Serviços Sociais, Saúde e Educação têm um importante papel na geração de remunerações neste setor, embora em 2020 se tenha verificado o aumento da importância relativa das atividades de Saúde. Entre 2016 e 2020, destaca-se o crescimento das Remunerações nas atividades de Agricultura, silvicultura e pesca, e o decréscimo observado no Comércio.

Os **Outros Impostos sobre a produção** também apresentam uma evolução positiva em todos os períodos em análise, com principal destaque para o aumento expressivo entre 2010 e 2013, reflexo do aumento da carga fiscal como medida de austeridade nesse período. Assim, dada a relativa estabilidade dos Impostos nos períodos seguintes, este aumento expressivo ajuda a explicar o grande crescimento desta rubrica na Economia Social (e também na Economia Nacional) em dez anos.

As Atividades financeiras e de seguros suportavam a maior parte dos Impostos sobre a produção neste setor, destacando-se, entre 2016 e 2020, o crescimento do montante destes Impostos nas atividades de Cultura, comunicação e atividades de recreio, e o seu decréscimo nas atividades das Organizações empresariais, profissionais e sindicatos. Por seu turno, numa década, salienta-se que apenas as Fundações e o grupo de entidades com estatuto de IPSS registam um decréscimo nos Impostos sobre a produção suportados, observando-se que as **Cooperativas são a única família da Economia Social que regista aumentos em todos os períodos analisados.**

No que respeita às variações nominais observadas nos **Outros Subsídios à Produção** da Economia Social, foram em geral positivas, tendo decrescido apenas em 2016 (face a 2013), revelando contrastes

significativos em comparação com a Economia Nacional. De facto, dada a relativa estabilidade do crescimento deste tipo de Subsídios na Economia Social na década analisada e considerando o aumento muito expressivo no apoio à economia portuguesa entre 2019 e 2020, o aumento desta variável na Economia Social em dez anos foi numa proporção muito inferior ao crescimento registado na Economia Nacional.

Os Serviços Sociais e a Educação reuniam as maiores parcelas dos Subsídios no período em análise, salientando-se entre 2016 e 2020 o crescimento dos Subsídios arrecadados pelas Atividades financeiras e de seguros, e o decréscimo identificado nas atividades não especificadas identificadas em Outras atividades. Quanto às diferentes famílias do setor, em dez anos, todas elas receberam mais Subsídios, com destaque para as Associações Mutualistas e as IPSS.

As variações observadas no **Excedente de Exploração Bruto** da Economia Social revelam uma evolução sempre positiva e, numa década, um crescimento três vezes superior ao da Economia Nacional. Assim, pese embora o aumento no mesmo período dos custos com emprego e com os encargos fiscais, a Economia Social revela um excedente maior para fazer face aos seus custos com o fator capital.

Entre 2016 e 2020, foram as atividades de Agricultura, silvicultura e pesca que apresentaram maior crescimento no EEB, e as atividades classificadas em Organizações empresariais, profissionais e sindicatos que registam a maior diminuição. No mesmo período, **a maioria das atividades apresentavam saldo positivo nesta rubrica**, verificando-se no biénio 2019 e 2020 que as atividades que mais contribuíram para o EEB da Economia Social foram os Serviços profissionais, científicos e administrativos e os Serviços Sociais.

Numa década, **todas as famílias da Economia Social tiveram saldo positivo no Excedente de Exploração Bruto**, sendo o elevado crescimento desta variável no setor particularmente influenciado pelo grande crescimento deste indicador nas ACFA, em conjunto com os SCA e nas Cooperativas, tendo decrescido neste período em todos os outros grupos.

De salientar que, a estrutura por família da Economia Social para os indicadores da Conta de Produção e para a Conta de Exploração evidencia as ACFA, em conjunto com as SCA, como o grupo que concentra a maior proporção de quase todas as variáveis. A única exceção são os Outros impostos sobre a produção, maioritariamente suportados pelas Associações Mutualistas e as Cooperativas.

No que concerne ao **Emprego, total e remunerado** (ambos em ETC), da Economia Social, o mesmo exibiu, tendencialmente, uma evolução semelhante à observada no emprego nacional, embora em determinados períodos registe taxas de variação que refletem uma diminuição menos acentuada ou aumento mais acentuado. Acresce que, no primeiro ano afetado pela pandemia da COVID-19 (2020) o Emprego, total e remunerado, da Economia Social aumentou ligeiramente enquanto o mesmo terá diminuído na Economia Nacional. Assim, o **Emprego da Economia Social em dez anos teve um comportamento mais dinâmico que a economia portuguesa como um todo**.

Destacam-se neste âmbito domínios como a Saúde, Serviços Sociais e Educação que tendem a concentrar a maior parte do Emprego total e remunerado da Economia Social, destacando-se entre 2016 e 2020, o crescimento destas variáveis nas atividades de Agricultura, silvicultura e pesca, e o decréscimo no Comércio.

Também neste indicador as ACFA, em conjunto com os SCA, concentram a maior parte do Emprego, sendo de salientar que numa década, apenas as Cooperativas apresentam uma evolução negativa, com destaque para o crescimento do Emprego nas Fundações.

Com respeito aos **contributos da Economia Social para a Economia Nacional**, a evolução tendencialmente crescente do peso da Produção e do VAB da Economia Social na Economia Nacional numa década, sobretudo em momentos de crise económica e financeira, são ilustrativos da resiliência do setor. Também a evolução da importância relativa das Remunerações, Excedente de Exploração Bruto e do Emprego indiciam um funcionamento da Economia Social em contraciclo com o resto da economia.

Por sua vez, de referir que as entidades do setor suportam uma parte pouco expressiva dos Outros Impostos sobre Produção cobrados na economia portuguesa, observando-se inclusivamente uma tendência decrescente em dez anos. Já nos Outros Subsídios sobre a Produção, apesar de oscilações na década em análise, é inegável que o setor concentra uma parte expressiva dos apoios à produção atribuídos na Economia Nacional.

—

A economia social evoluiu de forma marcadamente positiva na generalidade dos indicadores

—

Por último, importa notar que cada novo exercício da CSES introduz alterações metodológicas o que permite melhorar o apuramento das estatísticas aqui analisadas. Consequentemente, parte da evolução observada pode ser explicada pelo amadurecimento metodológico da CSES. De notar igualmente que no âmbito dos dados económicos, foi feita uma análise nominal, ou seja, os mesmos não consideram o efeito da evolução dos preços.

Sem prejuízo das limitações à capacidade analítica referidas, esta exposição dá conta de um setor com uma evolução marcadamente positiva na generalidade dos indicadores analisados, tendo uma década de estatísticas comprovado o importante contributo económico do setor bem como o seu carácter resiliente. Esta análise temporal, destaca também aspetos curiosos desta evolução, retratos muitas vezes da evolução paralela da economia portuguesa, mas que carecem de uma investigação mais profunda, convidando a futuras reflexões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- INE – Instituto Nacional de Estatística / CASES-Cooperativa António Sérgio para a Economia Social: Conta satélite da economia social 2010 / Inquérito piloto ao trabalho voluntário 2012, CASES, Lisboa, Portugal, 2013.
- INE – Instituto Nacional de Estatística / CASES-Cooperativa António Sérgio para a Economia Social: Conta satélite da economia social 2013, CASES, Lisboa, Portugal, 2017.
- INE – Instituto Nacional de Estatística / CASES-Cooperativa António Sérgio para a Economia Social: Conta satélite da economia social 2016 / Inquérito ao trabalho voluntário 2018, CASES, Lisboa, Portugal, 2019.
- INE – Instituto Nacional de Estatística / CASES-Cooperativa António Sérgio para a Economia Social: Conta satélite da economia social 2019/2020, CASES, Lisboa, Portugal, 2023.
- INE – Instituto Nacional de Estatística: Empresas em Portugal: 2020. INE, Lisboa, Portugal, 2022.
- Lei n.º 30/2013, de 8 de maio (Lei de Bases da Economia Social): Diário da República n.º 88/2013, Série I de 2013-05-08, páginas 2727–2728.
- Nações Unidas, Divisão de Estatísticas: Handbook on Non-profit Institutions in the System of National Accounts. Nova Iorque, EUA, 2003.
- Nações Unidas, Divisão de Estatísticas: Satellite Account on Nonprofit and Related Institutions and Volunteer Work. Nova Iorque, EUA, 2018.
- Regulamento (UE) n.º 549/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2013, relativo ao Sistema Europeu de Contas nacionais e regionais na União Europeia (SEC 2010). Jornal Oficial da União Europeia, L 174 de 2013-06-26, páginas 1-727.